



Sábado

25-02-2016

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

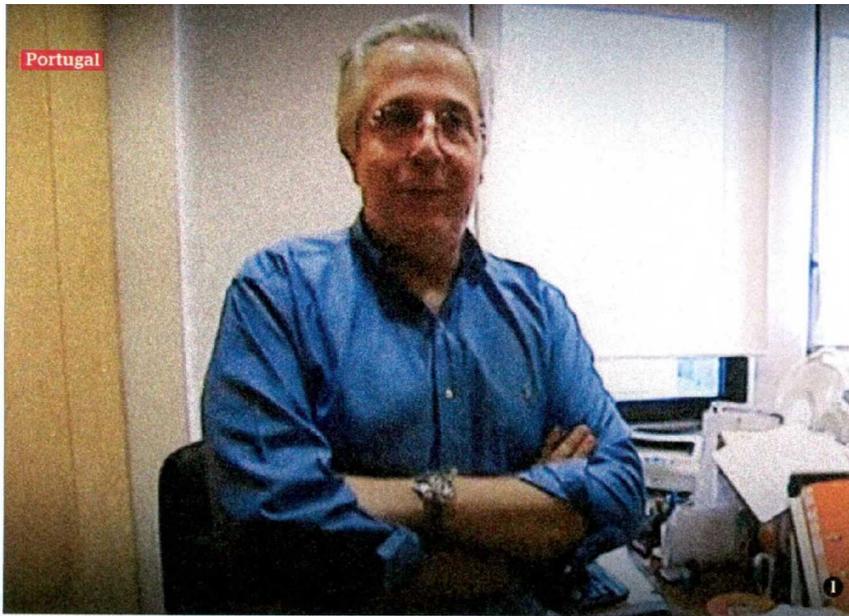
Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 1057

Imagem: S/Cor

Página (s): 52/53



JUSTIÇA. DENÚNCIA ANÓNIMA ORIGINOU INVESTIGAÇÃO

EX-PROCURADOR SOB SUSPEITA

O MP suspeita que Manuel Vicente terá corrompido Orlando Figueira para este o favorecer num inquérito. O defensor do vice-presidente de Angola desmente. Por Nuno Tiago Pinto

A denúncia chegou ao Ministério Público (MP) vinda da Comissão de Valores Imobiliários (CMVM) em 2011. Na época, uma auditoria do Departamento de Supervisão e Gestão de Investimento Colectivo tinha concluído que a Fund Box, a entidade gestora do fundo imobiliário Fundor, não respeitara a lei de branqueamento de capitais durante a venda de uma série de apartamentos do Estoril Sol Residence. Concretamente, de acordo com a CMVM, a Fund Box não tinha feito uma correspondência directa entre quem ordenou as transferências bancárias de vários milhões de euros para pagar os imóveis e os compradores que constavam dos contratos de compra e venda.

O inquérito foi parar às mãos de Orlando Figueira, procurador colo-

Os meios

Baptizada como "Fizz", a operação do Ministério Público contou com oito juízes, 11 procuradores e 60 inspectores da PJ

"DIZEM QUE O CORRUPTOR FUI EU E O MEU CLIENTE, O QUE É DISPARATADO", AFIRMA PAULO BLANCO

cado no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), que já era responsável por outros processos que investigavam suspeitas de corrupção e branqueamento de capitais e que envolviam várias figuras do regime angolano. O magistrado começou por exigir à Fund Box os contratos de compra e venda dos apartamentos de luxo no empreendimento. Depois, os proprietários tiveram de justificar ao MP a origem do dinheiro usado nos negócios.

Um dos compradores era Manuel Vicente, ex-presidente da Sonangol e então ministro de Estado e da Coordenação Económica de Angola, que tinha adquirido um apartamento por 3,8 milhões de euros. "Quando sou-

imprensa, o engenheiro Manuel Vicente, porque ia haver eleições em 2012 e era objectivamente um dos proprietários, decidiu prestar esclarecimentos voluntariamente", diz à SÁBADO Paulo Blanco, advogado do actual vice-Presidente angolano.

Em nome de Manuel Vicente, o jurista apresentou declarações de rendimentos pagos pelas empresas Sonangol, Sonils, Banco Angolano de Investimentos, Unitel e BCP entre 2007 e 2010, bem como as declarações fiscais e os comprovativos das transferências. "Fiz até um mapa demonstrativo do valor global que, por ser relativo a quatro anos, era elevado", continua.

Denúncia anónima

As explicações foram consideradas suficientes pelo procurador Orlando Figueira, que arquivou as suspeitas de branqueamento de capitais que recaíam sobre Manuel Vicente. "Depois, para proteger a privacidade do meu cliente, porque os dados ficariam acessíveis a quem consultasse o processo, pedi a restituição dos documentos", explica Paulo Blanco. Orlando Figueira deferiu o pedido num despacho constante do processo consultado pela SÁBADO em 2012 e o caso parecia estar encerrado.

No entanto, dois anos depois, uma denúncia anónima deu origem a um novo inquérito no DCIAP. Liderado pela procuradora Inês Bonina, o processo investiga alegados crimes de "corrupção passiva na forma agravada, corrupção activa na forma agravada, branqueamento e falsidade informática". Os suspeitos: Orlando Figueira, agora a trabalhar no sector privado com uma licença sem vencimento de longa duração, e Manuel Vicente.

Na passada terça-feira, 23 de Fevereiro, Orlando Figueira foi detido pela Uni-



1
Orlando Figueira trabalhava agora como advogado e consultor

2
Manuel Vicente foi presidente da Sonangol e é actualmente vice-presidente de Angola



Problemas

Orlando Figueira justificou o pedido de licença sem vencimento com problemas familiares e financeiros

O MP SUSPEITA DE VÁRIAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS, FEITAS MESES APÓS O ARQUIVAMENTO

Saída misteriosa

Pedido de licença sem vencimento foi contestado

A saída de Orlando Figueira do Ministério Público em 2012 causou polémica, sobretudo porque o procurador **não divulgou para onde ia trabalhar**. Acabou por ser contratado pelo banco BCP e tornou-se consultor externo do ActivoBank e também da sociedade de advogados BAS - em cujo escritório arrendava um espaço de trabalho.

dade Nacional de Combate à Corrupção da Judiciária e o advogado Paulo Blanco alvo de buscas. "Pelo que percebi, foram verificar os processos dele e acharam suspeito o facto de os documentos que me foram devolvidos não estarem lá. Agora levaram-nos outra vez", diz Paulo Blanco. Na busca ao advogado, participaram um juiz, os procuradores Rosário Teixeira e José Rânito e oito inspectores da PJ (na presença de um representante da Ordem dos Advogados). "Dizem que o corruptor fui eu e o meu cliente, o que é completamente disparatado. Não sei o que o Orlando Figueira fez depois, mas nem eu nem o engenheiro Manuel Vicente temos nada a ver com isto", afirma Paulo Blanco.

Ao que a **SÁBADO** apurou, o MP suspeita de várias transferências financeiras, algumas delas ocorridas escassos meses após o arquivamento do caso do apartamento de Manuel Vicente no Estoril Sol, para uma conta alegadamente controlada por Orlando Figueira em Angola. O dinheiro terá tido origem na Primagest, uma empresa do universo Sonangol.

Após a detenção, Orlando Figueira passou a noite de terça para quarta-feira nos calabouços da PJ. Para esse dia, já depois do fecho desta edição, estava prevista a sua audição por um juiz de instrução criminal, onde seriam decretadas as medidas de coacção. **■**